

DIEGO DINIZ RIBEIRO  
JORGE SYLVIO MARQUEZI JÚNIOR  
MARCELO VIANA SALOMÃO  
(COORDENADORES)

# A nova lei do mandado de segurança no direito tributário

CAROLINA LIMA MATTHES  
DIEGO DINIZ RIBEIRO  
EDUARDO ARRUDA ALVIM  
FABIANA DEL PADRE TOMÉ  
FÁBIO PALLARETTI CALCINI  
FLÁVIA DE ALMEIDA MONTINGELLI ZANFERDINI  
HUGO DE BRITO MACHADO  
HUGO DE BRITO MACHADO SEGUNDO  
JOÃO BOSCO DA NÓBREGA CUNHA  
JORGE SYLVIO MARQUEZI JÚNIOR  
JOSÉ LUIZ MATTHES  
MARCELO VIANA SALOMÃO  
MÁRCIO SEVERO MARQUES  
MARCOS DE AGUIAR VILLAS-BÔAS  
RODRIGO CÉSAR DE OLIVEIRA MARINHO



**MP**  
EDITORA

## SUMÁRIO

### **A NOVA LEI DO MANDADO DE SEGURANÇA E DIREITO INTERTEMPORAL: QUESTÕES CONTROVERSAS 9**

*Diego Diniz Ribeiro*

*Jorge Sylvio Marquezi Júnior*

1. A Lei n. 12.016/09 e o novo mandado de segurança 9
2. O direito intertemporal: fixando premissas 10
3. Segurança jurídica e estabilização das relações jurídicas 15
4. Medida liminar e mandado de segurança: as vedações do art. 7º, § 2º, da Lei n. 12.016/09, direito intertemporal e segurança jurídica 17
5. Conclusões 21

### **RECURSO JUDICIAL SEM EFEITO SUSPENSIVO E A POSSIBILIDADE DO MANDADO DE SEGURANÇA: UMA ANÁLISE DA SÚMULA 267 DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL 23**

*Carolina Lima Matthes*

*José Luiz Matthes*

1. Introdução 23
2. Do não cabimento de mandado de segurança em face de decisão judicial da qual caiba recurso com efeito suspensivo 25
3. A Súmula 267 do STF 26
4. A jurisprudência acerca do tema 28
5. Conclusão 31
6. Bibliografia 31

### **MANDADO DE SEGURANÇA EM MATÉRIA TRIBUTÁRIA E A PARTICIPAÇÃO DO ÓRGÃO AO QUAL A AUTORIDADE COATORA ESTÁ VINCULADA: NATUREZA JURÍDICA. CIÊNCIA É CITAÇÃO? (ART. 7º, INCISO II) 33**

*Eduardo Arruda Alvim*

1. Introdução – autoridade coatora 33
2. Autoridade coatora como órgão público 39
3. O conceito de parte e sua análise para que entendamos a figura da autoridade coatora 43
4. Legitimidade recursal da autoridade coatora 48
5. Ciência da pessoa jurídica interessada 50
6. Referências bibliográficas 51

**RECURSO ADMINISTRATIVO, SUSPENSÃO DA EXIGIBILIDADE DO CRÉDITO TRIBUTÁRIO E VEDAÇÃO À IMPETRAÇÃO DE MANDADO DE SEGURANÇA** 55

*Fabiana Del Padre Tomé*

1. Delimitação do problema	55
2. Controle de legalidade e processo administrativo tributário	57
3. Recursos administrativos (acepções e espécies)	58
4. Espécies de recursos administrativos em sentido amplo	60
5. Efeitos dos recursos administrativos <i>lato sensu</i> em matéria tributária	62
6. Natureza constitucional do direito a recursos administrativos <i>stricto sensu</i>	62
7. Livre acesso ao Judiciário e o princípio do devido processo legal	64
8. O mandado de segurança como garantia constitucional: seu cabimento contra ato do qual caiba recurso administrativo com efeito suspensivo da exigibilidade do crédito tributário	66
9. Conclusões	70
Referências bibliográficas	71

**PEDIDO DE SUSPENSÃO NO MANDADO DE SEGURANÇA EM MATÉRIA TRIBUTÁRIA** 73

*Fábio Pallaretti Calcini*

1. Introdução	73
2. O mandado de segurança e o pedido de suspensão: uma leitura constitucional como premissa	74
3. A Lei 12.016/2009 e o pedido de suspensão: art. 15	75
4. Pedido de suspensão no mandado de segurança em matéria tributária	86
5. Conclusão	93

**MANDADO DE SEGURANÇA COLETIVO EM MATÉRIA TRIBUTÁRIA** 95

*Flávia de Almeida Montingelli Zanferdini*

*João Bosco da Nóbrega Cunha*

1. Introdução	95
2. Breve histórico	95
3. Campo residual	99
4. Garantia constitucional	100
5. Mandado de segurança coletivo	101
6. Da concessão de medida liminar em mandado de segurança coletivo	111
7. Mandado de segurança coletivo como instrumento de defesa de parcela dos substituídos	113
8. Da desnecessidade de autorização dos substituídos processuais para impetração do mandado de segurança coletivo	115
9. Da coisa julgada no mandado de segurança coletivo	116
10. Da utilização do mandado de segurança coletivo em matéria tributária	120
11. Matérias excluídas de proteção liminar pelo remédio heroico	121

**INCONSTITUCIONALIDADE DA VEDAÇÃO DE MEDIDA LIMINAR  
PARA COMPENSAÇÃO DE CRÉDITO TRIBUTÁRIO 125**

*Hugo de Brito Machado*

- 1. Introdução 125
- 2. Garantia constitucional e jurisdição 126
- 3. Direito ao crédito e direito de compensar 128
- 4. Flagrante inconstitucionalidade 131

**A EXIGÊNCIA DE CAUÇÃO, FIANÇA OU DEPÓSITO PARA A  
CONCESSÃO DA MEDIDA JUDICIAL LIMINAR EM  
MATÉRIA TRIBUTÁRIA 137**

*Hugo de Brito Machado Segundo*

- 1. Introdução 137
- 2. O processo e o tempo 138
- 3. Tutela de urgência, proporcionalidade e princípios constitucionais 142
- 4. Liminar em mandado de segurança e a exigência de garantia 146
- 5. Liminar destinada à suspensão da exigibilidade e a exigência de depósito 147
- 6. Conclusões 150

**A LIBERAÇÃO DE MERCADORIAS VINDAS DO EXTERIOR E A  
IMPOSSIBILIDADE DE CONCESSÃO DE LIMINAR VIA  
MANDADO DE SEGURANÇA 151**

*Marcelo Viana Salomão*

- I. Introdução 151
- II. Desenvolvimento 153
- III. Conclusão 159

**CONCESSÃO DA SEGURANÇA: RESTRIÇÃO À EXECUÇÃO  
PROVISÓRIA DA SENTENÇA E O DIREITO À COMPENSAÇÃO 165**

*Márcio Severo Marques*

- Fundamento de validade das disposições do CTN 166
- Unidade do ordenamento jurídico e o direito tributário como de sobreposição 167
- A compensação no âmbito do direito privado e na Constituição 170
- A compensação no Código Tributário Nacional 171
- Diagnóstico da patologia 172
- A contaminação da legislação pela jurisprudência 177
- As restrições previstas pela nova Lei n. 12.016/09 e a subsistência do direito à compensação 178

**TUTELAS DE URGÊNCIA, COMPENSAÇÃO TRIBUTÁRIA E DIREITOS FUNDAMENTAIS DO CIDADÃO-CONTRIBUINTE: ANÁLISE DOS §§ 2º E 5º DO ART. 7º DA LEI N. 12.016/2009** **181**

*Rodrigo César de Oliveira Marinho*

*Marcos de Aguiar Villas-Bôas*

1. Apresentação do tema	181
2. A vedação de compensação tributária por meio de liminar: análise legislativa infraconstitucional e jurisprudencial	187
3. A (in)constitucionalidade dos §§ 2º e 5º do art. 7º da Lei 12.016/2009	193
4. Conclusões	204
5. Referências	205